confiáveis, cuja disponibilidade e acesso no país são bastante limitados.

Apesar da precariedade das informações, é bastante provável que, caso as condições climáticas permaneçam favoráveis, os preços a nível de produtor sofram decréscimos reais, principalmente nos primeiros meses de colheita. Objetivando evitar que este fato se verifique, o que traria fatalmente reflexos negativos sobre o plantio da próxima safra, seria desejável que o preço mínimo fixado em Cr$ 320,00/saca de 60 kg, sofresse reajuste de modo a torná-lo mais próximo dos níveis que vigoram hoje no mercado (dependendo do tipo e qualidade, de Cr$ 450,00 a Cr$ 600,00 pela saca de 50 kg, em Goiás). ❋

## FEIJÃO

### Meteorologia: Causa imediata da segunda quebra consecutiva da safra das águas

Embora ainda seja cedo para que se tenha um quadro definitivo do desempenho da atual safra de feijão das águas, já se sabe que o volume do produto a ser obtido será bastante inferior à terceira estimativa oficial, que oscila entre 1,19/1,34 milhão de t. Este intervalo, inferior em 14,2% e 10,9%, respectivamente, às previsões de outubro e novembro da CFP, não chegou a registrar, por exemplo, a quebra ora esperada na safra mineira das águas. Da mesma forma, as sucessivas reavaliações da safra gaúcha revelaram valores decrescentes, o mesmo ocorrendo com relação à safra de Santa Catarina.

Desta maneira, a quarta e última estimativa da produção da safra das águas 1979/80 daquele órgão, situa-se entre 890 mil t e 1 milhão de t (quebra de 36% em relação ao inicialmente esperado). As reavaliações da produção por estado têm, até o momento, as seguintes magnitudes: Paraná (-35%), Rio Grande do Sul (-59%), Santa Catarina (-31%), Minas Gerais (-20%) e São Paulo (-10%). Tais números resultaram, aproximadamente, em 323 mil t de perdas, em relação à expectativa de dezembro. Observe-se que este é o segundo ano consecutivo em que a safra das águas registra perdas. Também a safra 1978/79 foi afetada por um clima prejudicial, terminando 17,4% abaixo de sua previsão inicial. Assim sendo, o fato de se esperar que a atual safra das águas seja de 12% a 21% inferior à anterior é duplamente grave.

Os estados supracitados produzem perto de 90% de todo o feijão preto da primeira safra e as maiores quebras ocorreram justamente naqueles em que predomina o feijão preto, no total da produção estadual de feijão (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). É certo, portanto, que a disponibilidade deste tipo de feijão para o consumo, este ano, será reduzida, como também que a participação desta variedade, no total colhido da atual safra das águas, ficará aquém dos 40% usuais (ou seja, abaixo do intervalo de 356 mil t/400 mil t).

De um modo geral, a atual safra de feijão ressentiu-se, além dos problemas estruturais crônicos da cultura (baixa tecnologia, falta de sementes fiscalizadas, reduzida utilização de insumos), de problemas climáticos.

As chuvas intermitentes, geadas, ventos frios e granizo em regiões localizadas no Sul do país, obrigaram ao replantio em algumas áreas e prejudicaram irremediavelmente a planta, o que determinou a baixa qualidade da maior parte dos grãos colhidos. A ilustrar este aspecto, existe o fato de que grande quantidade do produto colhido sequer conseguiu classificação. E, já ultrapassada a primeira metade da colheita na área produtora paranaense, a maior parte dos grãos foi rotulada nos tipos 5 e APA (Abaixo do Padrão Amparado). Na escala classificatória do feijão, esses tipos definem o produto de pior qualidade (respectivamente 8% e 15% de ava-

rias).

Sintoma imediato desta redução dos números inicialmente esperados, os preços pagos ao agricultor passaram a ascender em ritmo acelerado, suplantando rapidamente o preço mínimo em vigor. Desta forma, em dezembro, o preço médio recebido pelo produtor paranaense, por saca de 60 kg de feijão de cor, alcançava valor 10% superior àquele registrado um mês antes, enquanto que, para o feijão preto, o aumento verificado foi de 13%. E à medida que novas notícias de quebras eram veiculadas e a produção passava a ser parcialmente retida com fins especulativos, os preços recebidos pelo agricultor pela saca de 60 kg alcançavam valores que suplantavam, em muito, o preço mínimo de garantia. É interessante observar-se, no entanto, que, à exceção do Rio Grande do Sul, (mesmo com as reduções bastante significativas do rendimento médio por hectare) os agricultores dos outros três estados mais importantes não chegaram a ter seus ganhos comprometidos; ao contrário, lucraram mais do que se tivessem

**QUADRO 1**

*FEIJÃO – Estados Selecionados – Safra das Águas 79/80*

| Estado | Rendimento médio esperado (kg/ha) | Custo por saca (60 kg) com o rendimento médio esperado (Cr$)* | Rendimento médio obtido (kg/ha) | Novo custo por saca (kg/ha) (Cr$) | Preço médio ao produtor na colheita (Cr$/60 kg) |
|---|---|---|---|---|---|
| RS | 780 | 553,80 | 313 | 1.379,40 | 1.100,00 |
| PR | 840 | 568,80 | 441 | 1.083,60 | 1.300,00 |
| SC | 900 | 560,40 | 566 | 891,60 | 1.200,00 |
| SP | 900 | 560,40 | 531 | 950,40 | 1.300,00 |

FONTES: Rendimentos e preços ao produtor durante a colheita: RS, CFP; PR, SEAG/DERAL; SC, CFP; SP, IEA.
* Os custos de produção incluem os aumentos de 50% e de 37,9% no preço do óleo combustível ocorridos durante 1979. O preço mínimo, até recentemente, era de Cr$ 612,00/sc.

vendido ao preço mínimo (Quadro 1).

**Safra da seca antevista como provável reguladora do mercado**

É inegável que o ano de 1980 não só irá se ressentir bastante da quebra de sua primeira safra de feijão, como também de fatos adversos relativos à produção da leguminosa durante 1979. Como a produção de feijão no ano passado foi somente de 2,28 milhões de t, tornou-se necessário lançar-se mão de grande parte do estoque remanescente da safra anterior (434,2 mil t), o que impossibilitou a formação de reservas significativas do produto, que pudessem vir a atuar como reguladoras do mercado, no caso de uma quebra da atual safra das águas.

Paralelamente, a disposição governamental de favorecer a ampliação desses parcos estoques, através da utilização do pré-EGF no Sul do país, nesta primeira safra, frustrou-se, à medida que os preços de mercado afastavam-se do preço mínimo de garantia, desinteressando-se o agricultor pela venda ao governo. Assim sendo, tudo leva a crer que o mercado de feijão, especialmente o de feijão preto (este com o preço tabelado a Cr$ 23,60/kg no Grande Rio), ficará indefinido até a entrada da safra da seca, ou seja, até maio/junho. Somente a partir dos resultados então obtidos terá o abastecimento interno condições de se recompor satisfatoriamente.

A alta dos preços praticados nesta safra, conseqüência da escassez do produto novo, aliada ao novo preço mínimo (Cr$ 900,00/saca de 60 kg), que se aproxima dos atuais preços do mercado e, também, aos novos Valores Básicos de Custeio, poderá contribuir para uma expansão da área plantada da safra da seca no Centro-Sul do país. Vale lembrar que os estados sulinos e Minas Gerais vêm participando, em conjunto, com algo em torno de 20% a 25% do montante total do feijão produzido na segunda safra. E, por serem, praticamente, os únicos estados produtores de feijão preto, incrementos de área significarão (caso o clima coopere), uma compensação parcial das perdas verificadas na primeira colheita do ano.

Considerando-se que a participação do feijão preto no total da segunda safra tem sido, nos últimos anos, entre 15% a 20%, os resultados estimados para a colheita da seca (1,2/1,3 milhão de t, com um incremento de 9% sobre a estação anterior) sugerem que se contará com uma disponibilidade do produto situada entre 187,5 mil t e 250 mil t. Estes números, adicionados à estimativa de 340/390 mil t de feijão preto que poderão ter sido obtidas na primeira safra, somam 527,5/640 mil t da variedade, contra 674,5 mil t, em 1979. As restantes pouco mais de 1 milhão de t, pertencentes às variedades de cores, reunidas às 550/610 mil t produzidas na safra das águas, bastariam para suprir o consumo deste tipo de feijão, previsto em 1,5 milhão de t. Não seria necessário, neste caso, lançar-se mão dos estoques existentes. É bastante provável que estes números se verifiquem (abstraindo-se toda e qualquer ação climática adversa), uma vez que a safra da seca conta com participação bastante expressiva da produção do Norte-Nordeste (50% nos três últimos anos), onde também será praticado o preço mínimo de Cr$ 900,00/saca 60 kg para o feijão anão.

**Embora em época de entrada de safra, Grande Rio convive com tabelamento do feijão preto**

Por outro lado, no caso do feijão preto, mais uma vez estaria configurado um quadro de crise no abastecimento interno, cuja previsão de consumo, a nível nacional, para este ano, é de 690 mil t (1,8% acima da quantidade consumida em 1979). Esta defasagem entre oferta e procura,

por sua vez, pode tornar-se particularmente penosa para o consumidor carioca, que consome perto de 25% do total de feijão preto produzido internamente. Visto que a participação do feijão preto na dieta alimentar do carioca é bastante alta e que este produto representa 2,1% do cálculo do índice do custo de vida, supõe o governo que o controle artificial do preço beneficiará amplamente o consumidor. No entanto, experiências anteriores provam que tal mecanismo invariavelmente leva ao desaparecimento do produto das prateleiras dos supermercados, passando sua comercialização a ser feita no mercado negro, a preços bastante superiores ao da tabela. E, via de regra, leva o governo a colocar parte dos seus estoques de feijão de cores nesta praça, a fim não só de evitar tumultos no comércio varejista como também forçar a desova do produto retido em mãos de especuladores.

Desta maneira, é de se esperar que ocorram estas reações no mercado de feijão preto do Grande Rio (à semelhança do registrado em 1978) pelo menos até a entrada do produto da próxima safra, visto que as importações (pelo menos por hora) não se configuram como solução viável para o problema do abastecimento interno, por duas razões: pela gravosidade destas compras externas e pela provável baixa oferta internacional do produto. ✱

## MILHO

### Brasil importador

Confirmando-se as atuais previsões, os problemas enfrentados no abastecimento de milho, nos dois últimos anos, serão, em boa escala, reduzidos com a entrada da próxima safra. Com efeito, no passado recente, as mazelas da política econômica e as intempéries do clima atuaram como os principais fatores determinantes da redução das colheitas a um volume insuficiente para cobrir as necessidades demandadas pelo país.

Em 1979, a produção brasileira alcançou tão somente 16,27 milhões de t (conforme a FIBGE) e foi inferior em aproximadamente 15% à safra 1976/77, último período produtivo desenvolvido dentro de um contexto de relativa normalidade. A inexistência de apreciáveis estoques em poder do governo e a pressão de demanda exercida pelo mercado de grãos (impulsionado pelo crescimento da avicultura e da suinocultura) levaram novamente o país a recorrer à importação, como forma de amenizar o déficit interno. Mas, a exemplo da temporada anterior, o atraso das negociações resultou em descompasso entre as compras externas e a efetiva utilização da matéria-prima nos segmentos consumidores do país. Como conseqüência dos problemas na liberação do produto importado, da própria insuficiência do volume comprado no exterior, face à magnitude da procura, e da gradativa escassez da disponibilidade interna do produto nacional, os preços do milho iniciaram uma trajetória de alta.

Até dezembro próximo passado, o Brasil adquiriu no mercado externo 1,486 milhão de t de milho, num dispêndio próximo a US$ 240 milhões. Em quatro meses de pregões (de outubro a janeiro), a Bolsa de Cereais de São Paulo comercializou cerca de 1.115 e 116 mil t, respectivamente, para entrega imediata e futura, a um preço médio de Cr$ 252/sc 60 kg. O cronograma oficial prevê completar a distribuição do produto até fins de fevereiro, época em que começa a se intensificar a colheita na região Centro-Sul. Adicionalmente, o país negociou, em janeiro, 130 mil t para o suprimento da região Nordeste, cuja colheita da safra 1979/80 dar-se-á somente no segundo semestre do corrente ano.

Num cálculo estimativo, com-